

Apontamentos sobre a imprensa liberal mineira no Primeiro Reinado

Heiberle Hirsberg Horácio *

RESUMO

Este artigo realiza apontamentos sobre como no Primeiro Reinado (momento de edificação de um Estado Nacional propriamente brasileiro) a elite política mineira liberal-constitucionalista em seu projeto político didático-pedagógico de implementação de um liberalismo (tido pelos historiadores como moderado) norteado pela afirmação das leis e da Constituição, utilizou a imprensa como meio de ação hegemônica. Uma imprensa essencialmente política, instrumento eficaz para a construção, elaboração e disseminação de conceitos, identidades e constituição de projetos políticos. Destaca-se particularmente o periódico liberal O Universal (1825-1842) da capital Ouro Preto, que era o periódico de referência da província, o de maior longevidade e que possuía como mentor intelectual o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Palabras claves: Imprensa; Liberalismo; Política, Minas Gerais.

Notes about the liberal press from Minas Gerais in the First Reign

ABSTRACT

This paper aims at making notes about how the liberal-constitutionalist political elite from Minas Gerais used the press as a means of hegemonic action in its political didactic-pedagogical project of implementing a liberalism (considered by historicists as moderate) based on the laws and on the Constitution, during the First Reign in Brazil (moment of the building of the Brazilian National State). An essentially political press was an efficient instrument for the building, elaboration and dissemination of concepts, identities and constitution of political projects. The liberal journal O Universal (1825-1842), from the capital Ouro Preto, had a particularly important role since it was the referential journal of the province, being the one with the longest longevity, having the Congressman Bernardo Pereira de Vasconcelos as its intellectual mentor.

Key-words: Press; Liberalism; Political, Minas Gerais.

Notes sur la presse libérale des Minas Gerais dans le Premier Règne

RÉSUMÉ

Cet article fournit des notes sur comme dans le Premier Règne (moment de l'élaboration d'Etat National Brésilien), l'élite politique libéral - constitutionnel de Minas Gerais, dans son projet politique didatique-pédagogique d'introduction d'un libéralisme (que les historiens jugent modéré) guidé par l'affirmation des lois et de la Constitution. Essentiellement une presse politique, outil efficace pour la construction, le développement et la diffusion des idées, des identités et la formation de projets politiques. Qui s'est détachée dans cette action libérale comme un moyen d'action hegemonique, la presse, ici particulièrement le périodique "O Universal" -1825-1842 de la capital Ouro Preto, qui a été le périodique de référence de la province e le plus grand en longévité. O Universal possédé à titre de mentor le adjoint Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Mots-clés: Presse; Libéralisme; Politique, Minas Gerais.

* Doutorando- PPCIR- área Ciências Sociais da Rel.- Universidade Federal de Juiz de Fora
Email: heiberle@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo realiza apontamentos sobre como no Primeiro Reinado (momento de edificação de um Estado Nacional propriamente brasileiro) a elite¹ política mineira liberal-constitucionalista em seu projeto político didático-pedagógico de implementação de um liberalismo (tido pelos historiadores como moderado) norteado pela afirmação das leis e da Constituição, utilizou a imprensa como meio de ação hegemônica. Uma imprensa essencialmente política, instrumento eficaz para a construção, elaboração e disseminação de conceitos, identidades e constituição de projetos políticos fundamentais para a constituição de uma cultura política².

Este trabalho que examina a atuação dos liberais através da imprensa, orienta-se por pesquisas que questionam a tese da decadência da economia de Minas Gerais após a mineração e da diminuição dos centros urbanos no início do século XIX. Esta produção aproxima-se das pesquisas que indicam uma dinâmica economia de abastecimento em Minas (que abastecia a Corte, a província de Minas e outras províncias), que tinha São João Del Rei como grande centro de comercialização, Mariana com uma expressiva diversidade produtiva e Ouro Preto como centro político e burocrático da província. Segundo José Carlos Rodrigues, é possível afirmar que em Minas Gerais havia uma cadeia de relações sócio-políticas e de “núcleos de referências políticas” que fizeram com que estas cidades se constituíssem em “verdadeiros centros culturais com objetivos políticos e econômicos comuns” (RODRIGUES, 1986, p.23).

Desse modo, este artigo insere-se no bojo da perspectiva que observa que a elite política mineira, aqui a liberal-constitucionalista, formou-se aspirando, entre outros objetivos, a integração dos segmentos proprietários, comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, eclesiásticos e magistrados em torno de um projeto político unificado. É ela que,

Além de buscar a unidade da classe proprietária, cumpria atrair para esse projeto setores não proprietários, produtores agrícolas, com e sem escravos, trabalhadores assalariados, artesãos, militares e funcionários (SILVA, 2002, p.133).

Observa-se, portanto, uma elite política liberal que possuiu uma “relação orgânica” (IBIDEM, p.102) com a propriedade e que procurou integrar o mais amplo número de proprietários em torno do seu projeto, bem como estabelecer sua representatividade legal, no âmbito das Juntas, dos Conselhos de Governo e de funções fundamentais para a construção de

qualquer hegemonia política, como a de juiz de paz e de vereador.

É relevante sublinhar que essa elite liberal-constitucionalista mineira, além de ter procurado a unificação de segmentos heterogêneos para maior representatividade e ter lutado pela consolidação dessa representatividade nos embates com o Rei pelo constitucionalismo, teve como tarefa diuturna a implementação das idéias liberais em um ambiente estranho a elas. Como sugere Wlamir Silva,

É importante lembrar, no entanto, em guarda contra o anacronismo dos que vivem a sociedade capitalista e liberal, que o constitucionalismo e o liberalismo não eram unânimes em sua população, sobretudo pelo desconhecimento e pela força das tradições absolutas (SILVA, 2002, p.150).

Exatamente por isso, essa elite liberal-constitucionalista precisou superar o absolutismo vigente na sociedade mineira desta época, representado por vários políticos e com relação direta e necessária com a Igreja. Consequentemente, no âmbito provincial e no embate político pela direção da província, assiste-se a uma polarização ideológica entre os liberais-constitucionalistas mineiros e os absolutistas que tinham na religião institucionalizada, i.e., na Igreja, a base de suas representações.

Com o objetivo de construir um projeto político que de certa forma impusesse limites ao Rei e que disseminasse uma nova lógica político-conceitual, a elite política liberal mineira, na busca da “implementação” de um projeto político hegemônico no âmbito da província, atuou em espaços diversos e cotidianos e procurou atingir outros segmentos, além dos próprios proprietários.

Essa elite utilizou como mecanismos operacionais do seu projeto público elementos como: os círculos de leitura, a criação de livrarias, as festas religiosas, os teatros e aulas públicas e os periódicos.

A respeito da imprensa, importa dizer que os mineiros produziram na província o seu próprio maquinário (chapas, prelos, typos e demais utensílios), o que demonstra ao menos uma certa disposição e envolvimento local. Como sugere Wlamir Silva, “é significativo que a construção desta imprensa se tenha feito com base na dinâmica local, sob vários aspectos: no trabalho de seus artífices e no entusiasmo de liberais interioranos de extração social diversa” (SILVA, 2002, p.136).

Destaca-se ainda que o fluxo da informação periodista se dava através da oralidade, inclusive

sistemática⁴, i.e., nas leituras públicas em voz alta, até mesmo nas Igrejas, nos atos e aulas públicas, nas práticas e encontros para leitura coletiva, em um período, como sabemos marcado pela escassez de livros. Ademais, a leitura podia ser efetuada nos postos de vendas “sugerindo que mesmo os que não compravam exemplares chegavam a ler” (MOREL, 2003, p.78.) Como lemos em um anúncio do periódico liberal O Universal:

Se o correio chegar a tempo, haverá leitura dos Periódicos da Sociedade promotora d’Instrução Pública em uma das Salas do Palácio do Governo [...] e são convidados todos os cidadãos que ali quiserem concorrer a leitura (O Universal, 18/04/1831, n.583).

Entre os periódicos mineiros do Primeiro Reinado, destaca-se particularmente o periódico liberal O Universal da capital Ouro Preto, que era o periódico de referência da província, o de maior longevidade e que possuía como mentor intelectual o deputado liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos.

OS PERIÓDICOS MINEIROS DO PRIMEIRO REINADO

Em Minas Gerais o periódico mais importante, pelo menos no Primeiro Reinado, foi O Universal editado na capital Ouro Preto. O Universal circulou de 18 de julho de 1825 a 10 de junho de 1842. Segundo José Carlos Rodrigues,

O Universal é que refletirá, durante 17 anos, de 1825 a 1842, o pensamento filosófico, político e o ambiente cultural mineiro. Realmente só se compreende a vida cultural mineira na primeira metade desse século em referência a este jornal, de forte tendência liberal (RODRIGUES, 1986, p.43).

O Universal teve como fundador, mentor intelectual e um dos principais colaboradores o deputado liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos. Vasconcelos utilizava o jornal para defesa dos interesses dos proprietários que representava, sendo que o periódico dedicava-se inclusive à divulgação da atuação política do deputado. Vasconcelos contestava que era redator desse periódico, mas:

Incontestável é, porém, que nesse jornal escrevia freqüentemente, fazendo-o órgão de suas idéias, de suas campanhas, de sua ação política, iniciada no Conselho do Governo de Minas Gerais- o primeiro que se instalou no Brasil; ação política cuja envergadura deixaria patente desde logo nos dois casos já apontados: o dos diamantes e o das terras do rio Doce (SOUSA, 1988, p.31).

No mesmo contexto de periodismo liberal surgiu em São João del Rei o Astro de Minas, fundado

em 1827 pelo deputado liberal Baptista Caetano. O Astro foi o primeiro periódico mineiro nascido fora de Ouro Preto e durou até 1839. Tal periódico mantinha relações constantes com o periódico A Aurora Fluminense, do Rio de Janeiro, publicado por Evaristo da Veiga. Para o historiador Alex Lombello Amaral,

É de se imaginar que o Astro de Minas, embora não fosse uma mercadoria no mesmo sentido dos jornais do século XX, circulasse em companhia das mercadorias sanjoanenses que se espalhavam por Minas (AMARAL, 2003, p.53).

Ainda em São João del-Rei surgiram O Amigo da Verdade (1829-1830) periódico conservador-absolutista, além do primeiro periódico brasileiro dirigido às mulheres e escrito por homens, O Mentor das Brasileiras (1829-1832). O Mentor “pregava uma educação feminina que se baseava no combate ao ócio, com o fito de evitar ‘doutrinas perigosas’ e ‘sinistras paixões’” (SILVA, 2002, p. 238). Esse periódico trazia em seu bojo assuntos como moda, retidão de valores e vida doméstica tudo veiculado com base na pedagogia liberal. O jornal publicava ainda: fábulas, poemas, resenhas, anedotas e contos morais, sempre interpretados à luz de objetivos ético-políticos liberais. Para ilustrarmos tal dinâmica podemos recorrer a fábula o “Velho e o Burro” impressa no periódico,

Viajava um velho por uma estrada com um burro carregado, saíram de emboscadas uns ladrões. O velho insistiu com o muar para que apressassem o passo a fim de fugirem dos salteadores. Ao que indaga o animal: se acaso ele caísse no poder dos ladrões se eles lhe poriam duas albardas? O velho sinceramente respondeu que não. Assim, concluía o burro: “pois que me importa que eu sirva a ti, ou a eles, com tanto que eu leve as minhas albardadas? (Mentor, 6 jan. 1830). [De acordo com o redator essa fábula oferecia grandes ‘moralidades se a lermos com reflexão’. Por isso dissertou o Mentor que ‘o seu autor quis mostrar que quando se trata das mudanças dos principados dos Reis, os pobres nada mudam’. Isso ocorre, conforme o jornal, num Estado despótico] (MOREIRA, 2005, p.83).

Além do Universal, surgiram em Ouro Preto no Primeiro Reinado a Gazeta de Minas (1831), e o Novo Argos (1829-1834), periódico liberal que foi um dos poucos que imprimia em suas folhas o nome do seu criador e redator o Padre liberal Antônio José Ribeiro Bhering. Surgiram também em Ouro Preto, em um momento anterior ao apogeu dos periódicos liberais os periódicos: Compilador Mineiro e a Abelha do Itaculmy. O Compilador circulou de 13 de outubro de 1823 a 9 de janeiro de 1824, como O Universal era publicado três vezes por semana e possuía em média 4 páginas e durante sua existência produziu 29 edições.

Já o Abelha do Itaculamy, teve uma duração maior, de 14 de janeiro de 1824 até 11 de julho de 1825. Ainda em Ouro Preto surgiram na primeira metade do século XIX os seguintes periódicos: O Companheiro do Conselho, O Diário do Conselho do Governo da Província de Minas e O Patriota Mineiro. Em Mariana a Estrella Mariannense (1830-1832), O Homem Social (1831), o União Fraternal e o Guarda Nacional Mariannense (1834). Em Pouso Alegre nasceu o Pregoeiro Constitucional (1830-1831), em Diamantina (antigo Arraial do Tijuco) o Echo do Serro (1828), na Vila do Príncipe A Sentinela do Serro. Vários outros surgiram em outras localidades mineiras, porém no período regencial. Dos periódicos mineiros absolutistas do Primeiro Reinado destaque para O Amigo da Verdade (São João del Rei 1829 – 1830) e o ouropretano O Telegrapho (1829-1831).

CARACTERÍSTICAS E APONTAMENTOS SOBRE A ATUAÇÃO DA IMPRENSA MINEIRA NO PRIMEIRO REINADO

Foi uma tarefa diuturna do periodismo brasileiro nascente a afirmação da liberdade de imprensa, proclamada inclusive como o caminho para as luzes, proposição tão própria dos liberais desse período. Encontramos nos periódicos liberais inúmeros artigos sobre a referida liberdade. Notícias do exterior relacionando o “desenvolvimento” de outros países com a imprensa livre e comentários sobre a acuidade da liberdade de imprensa inclusive para a melhoria da governabilidade e do crescimento do Brasil. Podemos observar tais afirmações no seguinte extrato do *O Universal*, retirado do periódico liberal paulista *O Farol Paulistano*:

O mundo civilizado será livre porque o quer ser; porque trabalha para isso com interesse e afincio; porque essa é a opinião moral dos povos.

Mas quem espalha a opinião, quem a faz medrar, quem a uniforma, quem lhe alta os gritos; quem lhe presta essas vigorosas e longas asas com que tem percorrido em tão pouco tempo o universo inteiro? É sem dúvida a imprensa o mais útil e precioso invento do homem, o baluarte da liberdade, o terror dos déspotas, a protetora da humanidade. (...) Nós intimamente convencidos de que nos países que aspiram a ser livres, cada cidadão tem ou deve ter o direito de publicar seus pensamentos acerca das matérias de interesse geral, como nos é garantido pela Constituição (...) (O Universal, 05/03/1827, n.256).

É evidente que mesmo antes da imprensa propriamente dita já existia a circulação de conteúdos informativos no Brasil. Tais como os pasquins, os vários tipos de manuscritos, como o primeiro jornal de São Paulo, escritos religiosos como o *Triunfo*

Eucarístico, ou mesmo poesias políticas como as *Cartas Chilenas* do poeta da inconfidência Tomás Antônio Gonzaga; poesias festivas, tais como a encomendada pelo governador de Minas Pedro Maria Xavier de Ataíde que por ocasião de seu natalício recebeu de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos um poema.

A semelhança existente entre grande parte dessas produções com os periódicos mineiros da primeira metade do século XIX foi o seu caráter político. Somos do parecer que este caráter decorre do fato que a imprensa brasileira surge no mesmo período de construção do Estado nacional e da emergência das idéias liberais em nosso país, senão por isto. Este conceito também delinea o caráter doutrinário e didático-pedagógico da imprensa nascente. Doutrinário porque voltado para implementação do ideário político, no período o liberal-constitucionalista e o absolutista; pedagógico porque para atingir o referido objetivo buscava a utilização de “estratégias” diversas para a “conquista” dos leitores.

Estas características supracitadas, o didatismo e o doutrinário, podem ser observadas nos seguintes extratos do *O Universal*. No primeiro extrato, vemos a impressão de um “diálogo fictício” entre um “menino e seu mestre acerca da letra redonda”. No decorrer da discussão o menino se interessa por saber o que é *monopólio*. Observamos que a resposta do mestre reporta-se a uma discussão corrente na qual os liberais criticavam a possível exploração das minas de diamantes por “Uma Sociedade de Ingleses”. Vemos nesse extrato inclusive o uso de identidades políticas, quando denominam esses “exploradores” de “Paraopebanada”⁵:

- Muito bem Sr. Mestre: quero agora que v.m. me faça ver alguns exemplos que encaixe a sua definição de monopólio?”

- Satisfazendo pois a vossa apetitosa curiosidade devo trazer-vos a memória o primeiro exemplo de que me lembro. Não tendes ouvido dizer que uma Sociedade de Ingleses pretende extrair os diamantes das nossas Minas mediante uma pequena soma, para os vender exclusivamente as nações da Europa por aquele preço que couber na sua fantasia?

- Sim Sr. Eu tenho ouvido por muitas vezes falar na Paraopebanada, mas cuidei que isso era coisa de comer ou beber.

- Assim é meu menino, esses negócios paraopebanicos são em última análise coisas de comer e beber, mas espero que esses ingleses não hão de ter indigestões com essas pedrinhas abrihantadas (O Universal, 18/01/1826, n.80).

Prosseguindo com os exemplos do didatismo nos periódicos, podemos observar nos próximos extratos, um soneto falando da Constituição e criticando

os absolutistas (corcundas⁶) e uma anedota sobre Napoleão Bonaparte que reforça os as qualificações do liberalismo.

Soneto

Brasil adusto, dobra o seu cocar,
Beija com o rosto alegre a Augusta mão,
Que nos deu liberal Constituição,
Que faz a liberdade triunfar:

Para longe de nós vá-se ocultar,
Desses corcundas a infernal traição,

Que os bons Representantes da Nação
Suas maquinações hão de esmagar:

Debalde, ó vis corcundas, vós cansais
Que a nação brasileira sabe bem,
Desviar-se dos laços que lhe armais:

Feliz Constituição é hoje a quem
Adoramos: Se dela não gostais,
Despotismo, acabou, nem mais convém. (O Universal, 16/01/1829, n.237).

Anedota:

Quando Bonaparte se viu caído, exclamou penetrado de arrependimento e dor: pequei contra as idéias liberais, tudo está perdido (O Universal, 02/11/1829, n.360).

Com base nos exemplos sobre o caráter pedagógico dessa imprensa liberal, observamos que vários extratos definiam alguns conceitos (liberdade, constitucionalismo, liberalismo, entre outros) de uma maneira acessível aos leitores, como podemos notar em um extrato intitulado *Discurso sobre a economia*: “A única fonte da riqueza é o trabalho. Não era com ouro e com prata que originalmente se comprava a riqueza do mundo, como diz o Sr. Smith, era com o trabalho” (O Universal, 30/12/1825).

Além desses exemplos encontramos também nesses periódicos dicionários, fábulas, “máximas e pensamentos”, entre outros elementos que faziam parte da estrutura de narrativa dos “jornais” brasileiros do período.

Os primeiros jornais brasileiros possuíam dois formatos, um com páginas pequenas e aparecendo com uma periodicidade mensal ou bimensal (exemplo: *Correio Brasiliense*) e o outro com maior periodicidade, em média duas ou três vezes por semana e possuindo quatro páginas, algumas edições seis páginas, como é o caso do *Universal* de Ouro Preto, o *Astro* de Minas de São João del-Rei ou o *Farol Paulistano* de São Paulo, dentre outros.

Esses periódicos não tinham nem capa nem manchetes. Tais jornais também não davam títulos

para os artigos, não tinham reportagens ou figuras; a primeira caricatura impressa só aparece em 1837. Segundo Alex Lombello Amaral “raros artigos respondiam a questões básicas que um jornalista atual é treinado para responder (Quem? Onde? Quando? O que? Por que?)” (AMARAL, 2003, p.25).

Ainda que veiculassem anúncios e classificados em uma parte denominada “Avisos”, esses periódicos não veiculavam publicidades de produtos, pois de acordo com Ana Luiza Martins “a publicidade propriamente dita nasce por volta de 1870 no quadro da grande depressão”(MOREL, 2003, p.85). Podemos ver exemplos dos referidos anúncios nos seguintes extratos:

Novamente chegou da Corte uma porção de garrafas e Vidros menores do precioso Vomatório, e purgantes de Le Roy da legitima composição, e se acha a vender na Casa de Forbes (O Universal, 23/12/1825, p.69).

Acha-se para vender para fora da terra em escravo ladino da nação Mina, bom cozinheiro, de idade de 28 anos incompletos e bom corpo para lavra, quem o quiser comprar dirija-se à loja de Francisco Xavier (O Universal, 14/07/1826, p.156).

Por serem jornais fundamentalmente políticos, esses periódicos possuíam no cabeçalho a citação de algum autor referente à opção do jornal, o que deixava explícito a que tendência pertenciam. Por exemplo, o periódico *O Novo Argos* possuía em seu cabeçalho a referência de De Pradt: “*Le genre humain est em marche, et rien ne le fera retrograder*” por sua vez *O Universal* que trazia em todos os seus números a seguinte citação: “*Rien n'est beau que lè vrai: le vrai Seul est aimable*” frase atribuída a Voltaire, mas que de acordo com Otávio Tarquínio foi na verdade composta por Boileau (SOUSA, 1988, p.29).

Devido ao seu caráter político e doutrinário esses periódicos elaboravam uma redação cheia de artifícios tais como exclamações e apóstrofes. Além disso, veiculavam uma linguagem várias vezes figuradas e com expressões que procuravam “impactar”, chamar atenção dos leitores. Buscavam, além de tudo, a polarização dos atores envolvidos na disputa política, a saber, liberais e absolutistas, em termos concretos e cheio de transfigurações simbólicas. São constantes nos discursos dos jornais liberais expressões como “monstro do servilismo”, e orações completas como: “Percebemos que o sistema da monarquia constitucional e representativa encerra todos os germes da felicidade e da liberdade a que o homem social pode aspirar (O Universal, 01/02/1830, n.398)” ou “Representação nacional, imprensa e discussão livre, respeito pelos direitos dos cidadãos, a Constituição em fim é a base mais firme

de uma monarquia bem ordenada aonde a sociedade não é sacrificada aos interesses de alguns, mas em que as leis tem por fim o bem de maior número” (O Universal, 16/06/1826, n.145),

Esses periódicos traduziam e transcreviam, como já aludimos, trechos de livros, na maioria das vezes obras filosóficas liberais. Neles encontramos, por exemplo, a publicação de extratos de obras de autores tais como Adam Smith que duravam algumas vezes seis edições e que vinham comentadas e “facilitadas” para melhor apreensão do leitor, comentários que em algumas ocasiões eram inclusive contextualizados com os problemas da época. Os periódicos liberais publicavam extratos de autores como: Bonnin, Fenelon, Voltaire, Mably, Benjamin Constant, Ganilh, Dunoyer, Torombert, Montesquieu, dentre outros; como podemos observar no do seguinte extrato:

Desgraçado o povo que não tem leis escritas, constantes e consagradas por toda a nação; que sejam superiores a tudo, e das quais recebam os Reis toda a sua autoridade, pelas quais se lhe conceda fazer todo o bem possível; e não sejam autorizado para fazer mal algum, contra os quais nada posso!!! Eis aqui o que os homens se não fossem cegos e inimigos de si mesmo estabeleceriam unanimemente para felicidade dos povos e dos monarcas. Fenelon (O Universal, 21/05/1828, n.134).

Ademais, os periódicos mineiros publicavam notícias da Corte, de outras províncias e de outros países, além de comentarem sobre as situações políticas de nações como Inglaterra, França, Portugal entre outros. Ressaltamos que a razão de ser desses periódicos era fundamentalmente “educativa”, pedagógica e formadora de opinião, de tal maneira que até mesmo as notícias “descompromissadas” levavam em seu bojo algum elemento “educador”. Ilustramos esse atributo com parte do periódico O Universal denominada *Notícias do Exterior*, onde o autor comentando sobre países despóticos e suas péssimas condições de existência, menciona o caso de Portugal:

Observem os nossos leitores as diferenças entre os Constitucionais ou Liberais e os Corcundas ou Absolutistas. – Quando se proclamou e jurou o regime constitucional em Portugal no ano de 1820 não correu sangue, nada de violência, quando foi derrubado esse sistema constitucional, correu sangue, atulharam as prisões, inúmeros foram os degradados, os fugidos, os expatriados. Foi dada e foi jurada a Carta Constitucional em Portugal, ficou o partido liberal de cima nem uma perseguição, nem uma violência; predomina agora o partido corcunda, insultos as mais respeitáveis pessoas nacionais e estrangeiras, expatriações, devassas, prisões, sangue derramada, desordem, anarquia etc.

E qual será a causa desta diferença nos dois partidos: liberal e corcunda? – A profissão dos diferentes princípios que cada um deles segue. Os liberais

professam justiça, respeito aos direitos do homem, amor da pátria, desejo de prosperidade nacional. Os corcundas, injustiças, desprezo dos direitos do homem, egoísmo, opressão. Quem deixará de amar aqueles e odiar estes? (O Universal, 21/04/1828, n. 161).

Nos periódicos podemos ler editais de comércio, ações públicas, extratos de sessões da câmara dos Deputados e do Senado, dos conselhos províncias e de câmaras municipais, além de decretos e avisos ministeriais: “fazendo às vezes de ‘diário oficial’ no âmbito da província” (SILVA, 2002, p.95), tal como sugere Wlamir Silva.

Vale destacar que esses periódicos inseriam-se, como já dissemos, em uma rede colaborativa (troca, intercâmbio e influência) com outros periódicos liberais de Minas e de outras províncias⁶, além de fazerem referências a periódicos opositores.

Essa rede colaborativa pode ser observada quando encontramos impresso no O Universal um Parecer da Comissão de Instrução Pública onde o liberal Batista Caetano (que foi deputado por Minas Gerais) fundador da Biblioteca Pública de São João del Rei requereu, para a sua biblioteca que no período já possuía 800 livros, a exceção do porte dos Correios para recebimento dos periódicos (O Universal, 02/11/1827, n.48). Podemos também constatar a existência dessa rede de periódicos a partir do seguinte cabeçalho impresso no *O Universal*:

Para facilitar a correspondência do Universal com as diversas comarcas da província, recebem-se assinaturas em São João del Rei em casa do sr. Batista Caetano de Almeida, em Sabará em casa do sr. Custódio Amancio de Magalhães, na Vila do Príncipe em casa do sr. José Ferreira, as correspondências podem ser dirigidas a esses srs (O Universal, 10/03/1828, n.103).

Podemos observar ainda que as ações dos liberais mineiros, na província ou na Corte eram “percebidas” devido a veiculação dessas ações em notícias publicadas por periódicos liberais de outras províncias. Assim sendo,

A atuação e formulação dos liberais mineiros através de sua imprensa regional significava uma nova rede de influência e outro plano da hegemonia liberal em um intercâmbio permanente de informações envolvendo o periodismo liberal mineiro e outros publicistas liberais (SILVA, 2002, p.67).

Esses periódicos saudavam inclusive o nascimento de outros jornais e criticavam o surgimento de jornais opositores com notícias e descrições relacionadas às identidades políticas construídas para tais, como observamos nessa nota do *O Universal* sobre o

aparecimento do periódico “corcunda” O Telegrapho⁸.

Sábado do corrente pelo meio-dia, uma espessa nevoa que obscureceu toda a cidade, acompanhada de grossa chuva, alguns relâmpagos e trovões anunciou aos habitantes da capital o aparecimento do Telegrapho (O Universal, 04/05/1829).

Encontramos também nos periódicos uma “seção” denominada “Correspondências”. Eram cartas de leitores dando opiniões sobre temas políticos ou às vezes simplesmente pedindo conselhos comuns. Podemos observar que essas correspondências, muitas vezes eram escritas por indivíduos ligados aos redatores dos jornais e que serviam para reforçar o discurso acerca do liberalismo. Eram utilizadas também para trazerem à discussão temas mais delicados para serem tratados pelo próprio redator, como em algumas vezes denúncias contra juizes de paz e vereadores.

A publicação dessas correspondências fazia parte ainda da estratégia liberal de evidenciar e reforçar alguns conceitos, necessários para o estabelecimento de hegemonia política, através inclusive da repetição dos mesmos termos. Tal prática possuía, a nosso ver, o objetivo de atribuir ao projeto liberal uma naturalidade inquestionável e possuía como um dos objetivos a adesão do leitor.

Alguns termos, como é possível notar nas citações acima, eram expostos e contrapostos o tempo inteiro nesses periódicos, não só nas correspondências, mas em todo ele: constitucionalismo/absolutismo, liberais/corcundas, liberdade/despotismo. Lembramos que esses termos eram re-significados de acordo com a opção de construção da tendência que os publicavam.

Como exemplo da forma como operava a “construção conceitual” liberal pode-se observar a implementação conceitual da negação do republicanismo pelos liberais mineiros.

Observa-se essa negação do republicanismo pelos liberais em vários extratos dos jornais, nos quais fica evidente a opção pela monarquia-constitucional, recusando a alternativa republicana. Nessa recusa, os liberais associavam o republicanismo às revoltas e guerras, como vemos em afirmações do tipo: “nos governos republicanos reina quase sempre a desordem e a parcialidade...” (O Universal, 16/11/1825, n.54) ou “Se encontram em estado de anarquia as províncias da América Central, [que] dizem ser causadas por inconseqüentes idéias de liberdade e republicanismo” (O Universal, 16/11/1825, n.54). O mesmo pode ser observado, no seguinte extrato do

O Universal:

Haverá algum homem de siso e de vergonha que quisesse dar por ser um papel em que não respeita coisa alguma e que propaga as doutrinas mais contrárias a Constituição Jurada e mandada jurar e com a qual e só com ela o governo pode conservar-se seguro e manter a ordem e a tranqüilidade pública no Brasil, que já não pode deixar de ser Constitucional, porque já principiou a ser; porque vê toda a Europa ou já constitucional ou ardentemente desejando e empreendendo sobre humanos esforços para ser, e vê de mais a mais toda a América livre e dizem (não que eu não creio nessa liberdade republicana sempre em guerras civis) que mais livres que nós? (O Universal, 22/08/1827, n.17) (grifo nosso).

Fez parte da pedagogia liberal associar a república a regimes políticos tumultuosos e a noções “errôneas de liberdade”, i.e., considerando a república como um sistema de liberdades sem limites. É o que pode ser verificado em um extrato do *O Universal* intitulado *Uma Palavra aos Brasileiros*, no qual o autor, depois de fazer uma análise das qualidades do sistema constitucional e da liberdade nesse sistema, avalia os perigos da liberdade em “outros” sistemas e escreve: “Uma amostra dessa perigosa noção de liberdade houve já em Pernambuco, é fácil de imaginar qual seria a carnagem, qual seria o horror, desta maldada república, se a tempo não se interpusesse o vigor e a atividade do governo” (O Universal, 07/09/1825, n.23). Ainda sobre a revolta de Pernambuco, isto é, sobre a Confederação do Equador, escreve o redator:

Não só os Apóstolos da Democracia, mas toda a espécie de teóricos, toda a casta de república, faria maior serviço à sua pátria se em vez de sistemas sobre a combinação de poderes, ensinasse métodos práticos de estender a instrução pública, de estabelecer a educação elementar das classes inferiores, e sobre tudo de infundir no espírito dos Povos a moral pratica e a caridade Cristã. Só assim he que se predispõe uma Nação á observância das leis, e á cultura da benevolência recíproca.” ... nunca os benefícios podem estender-se a todas as classes da sociedade: forçosamente há de haver uma classe indigente maior ou menor, que causará grandes inquietações com crimes, com violência, se a mão benfeitora do rico não velar constantemente na sua manutenção (07/09/1825, n.23).

A crítica ao republicanismo aparece também no discurso dos opositores dos liberais. O fato é que grupos contrários a eles buscaram identificá-los e associá-los aos republicanos, qualificando-os conseqüentemente de desordeiros e de traidores. Essa posição pode ser verificada quando os ministros acusam os liberais e, particularmente, o deputado liberal Batista Caetano de republicano, sugerindo que em Minas havia uma difusão das idéias republicanas. A tais suposições *O Universal* responde da seguinte forma:

República em Minas: É esta sem dúvida uma das

maiores loucuras que tem entrado nas ocas cabeças de alguns servís que envergonhados de viveram debaixo de uma governo livre, e que os faz homens, querem á força de baixezas e infâmias reduzir-se ao mísero estado de escravidão (O Universal, 10/04/1829, n.273).

A posição do *O Universal*, vista através dos extratos supramencionados, é consoante com as palavras do historiador Wlamir Silva. De acordo com ele:

Com exceção das mal explicadas e supostas tendências republicanas do governo provisional de Ouro Preto e do republicanismo ottoniano da Vila do Príncipe, conciliado, como vimos, com a Monarquia ainda no início da regência, a idéia de república não encontrou ecos no conjunto das hostes liberais (SILVA, 2002, p. 200).

CONCLUSÃO

Esse artigo é pautado na perspectiva que observa que nos primórdios da edificação do Estado nacional brasileiro, a elite política liberal de Minas Gerais, fundamental no processo de independência do Brasil e com significativa participação e importância na Corte, procurou implementar um projeto liberal-constitucionalista na província, utilizando para isso vários meios, como foi o caso da imprensa. Imprensa vista como instrumento por excelência de expansão do discurso liberal naquele momento, e, como já dissemos, um discurso didático-pedagógico.

Neste artigo, pode-se observar apontamentos que indicam que em Minas Gerais, longe da aceitação das idéias republicanas, preponderou um projeto liberal que sempre deixou claro sua opção por uma monarquia-constitucional. Ademais, a elite política atuou negando, dentro do seu processo pedagógico-político, não só o republicanismo, mas principalmente o despotismo, i.e., a centralização do poder nas mãos do Imperador. A negação do republicanismo e do “despotismo” foi feita através da elaboração e implementação de conceitos/termos do projeto político liberal mineiro.

De significativa importância, o estudo desses conceitos é fundamental para a compreensão do estabelecimento e desenvolvimento de uma dada cultura política cuja difusão se realiza pela expansão das representações contidas nos termos que a constituem. Assim sendo, é necessária a análise dos conceitos vinculados as praticas liberais na província de Minas Gerais, bem como a nível nacional, para a compreensão do Primeiro Reinado. No entanto, o intento desse artigo era apenas o de fazer apontamentos que indicassem o modo de atuação da elite liberal mineira e o funcionamento da imprensa como instrumento dessa atuação, talvez, com isso,

deixando pistas que contribuam para pesquisas que possam se interessar pela compreensão do referido período.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMARAL, Alex Lombello. **O Astro de Minas contra a Correnteza**. Monografia de Especialização História de Minas do Século XIX. UFSJ, 2003.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX**. Viçosa: Ed. UFV, 2008.

BASILE, Marcello Otávio. **Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império**. In: Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro: UFRJ/7Letras, 2001, v.3.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

_____. José Murilo de. **A Construção da Ordem – A elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. José Murilo de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, 3.ed. 1976.

FORTES, Solange Sabino Palazzi. **“Atividades Produtivas em Vila Rica”**. LPH- Revista e História, Mariana, v.1, n.1, p 1990.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. 5 Volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

IGLESIAS, Francisco. **As Províncias do Centro**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1985, p.364-412.

LENHARO, Alcir. **Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842**. São Paulo: Símbolo, 1979.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema**. Rio de Janeiro: ACESS, 1994.

MOREIRA, Luciano da Silva . **“A necessidade de amar”: narrativa de ficção e cultura política no Mentor das Brasileiras (1829-1832)**. In: X Encontro regional da Abralic, 2005, Rio de Janeiro. Sentidos dos lugares, 2005.

MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Editora Revan: FAPERJ, 2003.

RÈMOND, René. (org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RODRIGUES, José Carlos. **Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986.

SILVA, Wlamir. **“Liberais e Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830/34)**. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002.

_____. **“Desafiando o Leviatã: sociedade e elites políticas em interpretações do estado imperial brasileiro”**. Revista Vertentes, São João Del Rei, 1998, pp. 15-22.

_____. **A cultura política em periódicos mineiros do Primeiro Reinado**. Proj. Iniciação Científica (HORÁCIO, H.H.) São João Del Rei: UFSJ, 2002.

SOUSA, Octávio Tarquínio. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora, 1988.

NOTAS

1 Esse artigo que se insere no movimento de pesquisas que objetivam a compreensão da construção da sociedade civil e do espaço público brasileiro no início da sua formação, observa que esta construção pode ser verificada como resultante de opções e

esforços de grupos sociais e de suas elites políticas, eventualmente a elite política mineira, sendo aqui analisados no sentido proposto por Gramsci em busca do “consenso” ou para Bourdieu, “uma luta simbólica pela produção do senso comum”. Se tratando da conceituação do termo elites, somos orientados pelos estudos de Wlamir Silva para quem Gramsci utilizou-se pouco do termo ‘elites’, preferindo ‘classe dirigente’ ou ‘classe política’ cremos, no entanto, que o espírito de sua reflexão permite essa conceituação. No sentido de caracterizar a ação dos intelectuais ligados à classe dominante na prática política. “Na leitura sinalizada por Gramsci, o conceito elite não deve ser identificado com o elitismo, ou seja, com a concepção da divisão da sociedade entre governantes e governados como fato universal, encontrada em Mosca, e fundada nas qualidades superiores de alguns indivíduos como afirma Pareto”, de forma diversa a compreensão avança no sentido da mediação entre classes e poder (SILVA, 2002, p.3).

2 “A cultura política de uma sociedade compõe-se não só de conhecimentos e crenças que fundamentam as práticas possíveis no interior de um sistema político, como as normas estabelecidas para definir os direitos e deveres dos participantes como cidadãos. Abrange ainda as posturas que asseguram a identidade e delimitam as fronteiras das comunidades a que pertencem indivíduos e grupos, legitimando ou desqualificando as suas reivindicações; e também os simbolismos através dos quais exprimem seus valores e reforçam essas formas de solidariedade” (NEVES, 2003, p.25).

3 Vale destacar a importância de outras cidades da região Metalúrgica-Mantiqueira. Ademais, há ainda em Minas uma atividade crescente, principalmente após a queda da extração do ouro, a pecuária na região do Sul de Minas, pois “águas abundantes e terras férteis, que garantiram a forragem, fizeram do Sul de Minas a melhor área criadora” (IGLESIAS, 1985, p.381).

4 Podemos perceber nesse período uma imprensa dinâmica pelo menos no nível em que ela é influenciada e influencia através de elementos orais e simbólicos, o que lhe permite de certo modo uma maior abrangência. Ademais, segundo Marco Morel e Mariana Barros, “a alfabetização era escassa, mas o rótulo de ‘elitismo’ para a imprensa que surgia deve ser empregado com cautela, mesmo no Brasil escravista. Havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas” (MOREL, 2003, p.45).

5 Identidade associada aos absolutistas que de acordo

com O Universal significa na língua Nhomé: Paro = homem diabo, peva = o pior de todos os diabos, bano= seja queimado vivo.

6 Aqui mais uma identidade criada pelos liberais, denominando os absolutistas de corcunda: “Palavra da moda, home que, afeito e satisfeito com a carga do despotismo, se curva como dromedário para recebê-la, e, trazendo esculpido no dorso o indelével ferrete do servilismo, tem contraído o hábito de não mais erguer a cabeça, recheada das estonteadas idéias de uma sórdida cobiça”. Encontramos esta definição no Dicionário Concundativo inserido no periódico O Universal.

7 Aurora Fluminense, Astréa, Correio Mercantil, Farol Paulistano, Abelha Pernambucana, Observador Constitucional, Astro de Minas, Sentinela do Serro, Sentinela Bahiana, Mentor das Brasileiras, Minerva Francesa, Observador das Galerias, Matutina Meia Pontense, Amigo da Verdade, Courier do Brésil, Spectador, Diário Fluminense.

8 Mais tarde veremos esse processo de criação de identidades políticas quando o Universal associa o Telegráfico (oriundo de Telegrapho) ao despotismo, onde “Todo o Telegráfico, ou amante do despotismo é cativo, hipócrita, intrigante, mentiroso, ladrão, ignorante, egoísta e matador”. O Universal 14/02/1831 n.557.